

Por uma política republicana de educação, alfabetização e formação de professores: uma entrevista com Artur Gomes de Morais¹

Marta Nörnberg²
Ana Ruth Moresco Miranda³
Gabriela Schander Braga⁴

Artur Gomes de Morais é professor titular do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, onde atua como pesquisador no Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL) e na Pós-Graduação em Educação. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (Nível 1D). Artur possui mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (1986) e doutorado em Psicologia pela Universidad de Barcelona (1996). Fez pós-doutorado na Universidad de Barcelona e no INRP-Paris (2005). Em 2011 fez um segundo pós-doutorado na UFMG e, em 2015, outro na UPEC-Paris.

Suas atividades de pesquisa e inúmeras publicações (mais de 85 títulos, entre livros, capítulos e artigos científicos) têm sido muito utilizadas tanto na academia quanto nas escolas de nosso país. Seus trabalhos são conhecidos e lidos especialmente por pesquisadores e educadores do campo da alfabetização, da didática da língua portuguesa e da formação de professores.

Nos últimos anos, Artur tem sido convidado a ministrar cursos e palestras para professores de diferentes redes de ensino públicas de nosso país, bem como a realizar atividades de consultoria e assessoria para grupos de

¹ Artur Gomes de Morais é professor titular da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: agmorais59@gmail.com

² Professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora geral do projeto de pesquisa Obeduc-Pacto/Capes. E-mail: martanornberg0@gmail.com

³ Professora associada da Universidade Federal de Pelotas. Líder do Grupo de Estudos sobre Aquisição da Linguagem Escrita (GEALE). E-mail: anaruthmmiranda@gmail.com

⁴ Estudante do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas. Foi bolsista de graduação do projeto de pesquisa Obeduc-Pacto/Capes e do programa de Extensão – Edital Eventos, da UFPEL. E-mail: gabischander@gmail.com

| | | | | |
|---------|--------|------------|------------|---------------|
| Textura | Canoas | v. 20 n.42 | p. 298-310 | jan/abr. 2018 |
|---------|--------|------------|------------|---------------|

pesquisa que investigam processos relacionados ao ensino e à aprendizagem da língua portuguesa e à formação do professor alfabetizador.

A entrevista que ora oferecemos aos leitores foi realizada durante o *II Seminário Integrador Obeduc-Pacto: Formação de professores, leitura e escrita no ciclo de alfabetização*, promovido pelo Grupo de Estudos sobre Aquisição da Linguagem Escrita (GEALE), atividade vinculada ao projeto de pesquisa *Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa: formação de professores e melhoria dos índices de leitura e escrita no ciclo de alfabetização* (identificado pela sigla Obeduc-Pacto), desenvolvido no âmbito do programa Observatório da Educação/Capes. O evento ocorreu entre os dias 25 a 27 de outubro de 2017, na Faculdade de Educação da UFPel, em Pelotas/RS. Durante o seminário, Moraes ministrou a palestra *Como inovações pedagógicas têm favorecido (ou não) o aprendizado de nossos alfabetizados?* O evento teve a participação de mais de 350 pessoas, entre estudantes universitários e professores das redes de ensino de Pelotas e região.

Para a entrevista, a partir de um conjunto de temas, a equipe Obeduc-Pacto pediu ao professor Artur que focasse sua atenção ao que presenciou durante o *II Seminário Integrador* e refletisse de forma articulada com diferentes experiências que tem acompanhado pelo Brasil, evidenciando aspectos produtivos e desafiantes para os processos de alfabetização e formação de professores. Além disso, Artur foi desafiado a dizer mais algumas palavras sobre o que ele tem chamado de “algumas pragas” da educação, entre elas, a crescente mercantilização dos processos educativos e de formação dos professores. O resultado é uma densa entrevista onde o autor realiza uma leitura crítica, explorando temas vinculados ao direito à educação pública de qualidade, o que exige compromisso e responsabilidade do Estado com a formação do professor alfabetizador e, sobretudo, com a garantia dos direitos de aprendizagem das crianças.

Obeduc-Pacto (OP): Qual a tua avaliação sobre o Seminário Integrador? Quais os pontos que tu destacarias como mais importantes?

Artur Moraes (AM): Eu acho que a experiência de vir para cá foi extremamente prazerosa. Saí, há pouco, de uma seção de apresentação de relatos de experiência vividos por professoras nas salas de aula, em que eu dizia: eu desejo que daqui a alguns anos eu seja convidado, de novo, para poder participar de um encontro com essa qualidade, profundidade e leveza, ao

mesmo tempo. Parece-me extremamente louvável o formato que o encontro assumiu: o de trazer a universidade para junto das redes públicas, conciliando a divulgação de trabalhos de pesquisa, que são densos e minuciosos, tentando tornar esse conhecimento acessível. Essa tarefa de divulgação me parece primordial na universidade. Não dá para fazer pesquisa e simplesmente compartilhar entre os pares da academia.

Noto que o Obeduc e o Pacto, aqui no Rio Grande do Sul, coordenado pela UFPel, têm essa clareza e compromisso de fazer da universidade, realmente, um espaço de extensão e debate junto à comunidade escolar. Acho que se conseguiu conciliar momentos de palestras coletivas, em que foram tratados temas mais globais e gerais, que se relacionam com o que é o trabalho de ensino dos professores. Esses atores, os professores, puderam perguntar em todos os momentos. Sempre houve o cuidado de abrir para o debate, que é uma coisa que nem sempre está acontecendo nesses grandes encontros.

Esse outro momento, dos relatos das experiências, é algo que tem que ser assegurado. O PNAIC promovia e promove isso, e eu fiquei muito impressionado com a maturidade das pessoas que apresentaram os trabalhos. Eu estava em uma sala, em que havia trabalhos de alunas estagiárias concluintes de Pedagogia e de professoras já experientes, e o nível de profundidade que elas demonstravam era idêntico. Então, fico muito bem impressionado pelo tanto de que elas tinham se apropriado, com clareza, conhecimento de causa e reflexão profissional. Eu brinquei, dizendo: “você estão se formando, mas já são profissionais, com o tipo de reflexão que fazem”.

Uma outra coisa que me chamou a atenção, além dessa qualidade e maturidade, foi a diversidade dos trabalhos. Acho que esse é um outro princípio do PNAIC. Por isso, eu fico horrorizado quando atacam o programa como sendo algo engessado, padronizado, estruturado (é uma palavra da moda), como se a gente fosse algum desses apostilados ou pacotes, que estão sendo vendidos e impostos por aí. Não, o PNAIC nada tem a ver com esse tipo de propostas obtusas.

OP: Durante a palestra, te referiste a programas como *Alfa e Beto*, *Se Liga* e outros como algumas das “pragas” da educação. Podes falar um pouco sobre isso, especialmente considerando o esforço histórico de

grupos de pesquisa e associações para a constituição das políticas públicas no âmbito da alfabetização?

AM: Esses programas representam a destruição de políticas públicas democráticas no campo da educação, em nosso país. Eles são vendidos às redes públicas de ensino como “vacinas” miraculosas para os problemas de nossa escola pública. Se olharmos bem, um primeiro sintoma de grave problema é que eles são comprados pelas secretarias de educação sem nenhum debate com os professores e demais profissionais que, sim, estão no chão da escola, batalhando, no dia-a-dia, por praticar uma educação melhor. São impostos pelos gestores de plantão, que usam os impostos da população para comprar materiais que não foram aprovados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

É inegável que o *Alfa e Beto* e o *Se Liga* desrespeitam tanto a diversidade dos aprendizes como os conhecimentos dos docentes. Quanto aos alunos, são tratados como tábulas rasas e treinados com as mesmas tarefas, não importa os conhecimentos prévios de que disponham. Quanto aos docentes, esses programas querem transformá-los em meros executores obedientes das sequências de procedimentos que, padronizadamente, deveriam ser executados, ao mesmo tempo, em todas as redes de ensino e salas de aula para onde tais materiais são vendidos. Pacotes privados passam, então, a definir, de forma unificada, o quê, quando e como se ensina e se avalia!!! Currículos, avaliações, tudo passa ou passaria a ser definido por grupos privados.

No caso do *Alfa e Beto*, orientamos uma dissertação (ARAGÃO, 2014)⁵ onde fica evidente que, mesmo crianças alfabetizadas em turmas cujas professoras seguiam à risca as propostas daquele método fônico, concluíam o primeiro ano com muita dificuldade em responder certas tarefas de consciência fonêmica, porque as habilidades nelas envolvidas não constituem um requisito para que um aprendiz se alfabetize, isto é, representam uma sobrecarga cognitiva desnecessária, que as crianças vivem, sem necessidade, quando são alfabetizadas com aquele material.

5 ARAGÃO, Sílvia de Souza Azevedo. Habilidades de consciência fonêmica reveladas por crianças inseridas em turmas onde o método fônico era aplicado. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Educação. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13874/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20S%C3%84%20de%20Sousa%20Azevedo%20Arag%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acesso em 30.01.2017.

Quanto ao *Se Liga*, é um método de remediação que repete todas as mazelas que já criticávamos desde a década de 1980. Sua lógica é esperar que as crianças fracassem, ao final do terceiro ano, para, só no ano seguinte, juntar numa sala todos os “fracassados” (leia-se abandonados) ao longo do primeiro ciclo. E para quê? Para oferecer um treinamento padronizado em correspondências grafema-fonema, absolutamente igual para todos, sem qualquer ajuste às necessidades do aprendiz. A tragédia se completa quando, no final do ano, o Programa lava as mãos se alguma criança não se alfabetizou e a devolve para o sistema regular de ensino. Numa outra dissertação que orientei (DOURADO, 2010)⁶ isso ficou evidente em turmas de escolas públicas de duas cidades da região metropolitana do Recife. Nesta pesquisa tivemos, ainda, outra evidência muito importante: como as professoras achavam as propostas do *Se Liga* insuficientes para alfabetizar seus alunos, faziam tudo o que lá se propunha, mas adicionavam atividades que elas próprias escolhiam e que ocupavam mais de 40% do tempo pedagógico total.

Cabe então perguntar: nos casos em que os aprendizes tiveram progresso, o mérito seria das docentes ou das atividades padronizadas que os empresários que vendem o pacote gostariam que fossem as únicas praticadas em sala de aula? Vemos, assim, que é preciso avaliar muito rigorosamente esses pacotes que se apresentam como a panaceia dos males de nosso sistema público de ensino.

OP: Nesse contexto, de gradativa privatização e desmantelamento da educação pública, quais são os desafios para as políticas públicas sobre alfabetização no Brasil e quais formas de resistência podem ser constituídas?

AM: O edital do PNLD, recentemente divulgado pelo governo ilegítimo, tem um tom claramente favorável a esses processos de privatização. No caso do PNAIC, o MEC também teve explícito interesse em abrir as porteiras para os municípios passarem a financiar grupos privados que se ocupariam da

⁶ DOURADO, Viviane Carmen de Arruda. **O atendimento a crianças com dificuldade de alfabetização: práticas de professores e materiais didáticos do Programa “Se Liga”**. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Educação. 2010. Disponível em http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3708/arquivo132_1.pdf?sequence=1&isAlloved=y. Acesso em 30.11.2017.

formação continuada dos alfabetizadores. Pelo que tenho tido de informação, o tiro parece ter saído pela culatra. Embora eu não esteja assumindo qualquer tarefa de gestão no PNAIC, soube que, em diferentes estados, as redes públicas têm optado por dar continuidade ao programa em parceria com as universidades públicas que já vinham assumindo tal tarefa. O envolvimento dessas universidades, no PNAIC e na formação continuada de nossos educadores que atuam na alfabetização, me parece uma conquista de que não podemos abrir mão. Se recordamos o que eram programas anteriores, como os *PCN em Ação* e o *PROFA*, da era FHC, fica evidente o quanto a quase totalidade das universidades públicas era alijada do processo, o que é inaceitável. Somos nós, docentes-pesquisadores das instituições públicas de ensino superior que formamos os futuros professores e que produzimos pesquisas independentes e bem cuidadas, que não existem na maioria das faculdades privadas.

Enfim, temos um know-how e um regime de colaboração, através do ideal de extensão universitária, que representa um compromisso, uma contrapartida para a sociedade, a um custo muitíssimo menor e com uma qualidade geralmente muitíssimo superior ao que a maioria das ONGs, OSCIPs e outros grupos privados podem oferecer. Como nosso interesse não é lucrar, não é vender um produto, podemos lutar, sim, por ajudar cada rede de ensino a ter seus próprios quadros de formadores de alfabetizadores e, portanto, depender menos de assessores externos e não estar à mercê dos caprichos ou interesses privatistas de gestores e grupos políticos que podem vir a ocupar as secretarias de educação a cada quatro anos.

OP: Qual o teu parecer sobre o conteúdo compreendido nos volumes 1 e 2 do livro “Práticas Pedagógicas no ciclo de alfabetização em Pelotas/Porto Alegre” produzido pelas professoras da educação básica dessas duas redes de ensino⁷?

AM: A diversidade de relatos e de experiências que está nos dois livros mostra o quanto se respeitou e se respeita esse princípio de que os professores vão ter suas trajetórias singulares e vão fazer suas próprias escolhas. Mesmo

⁷ Práticas pedagógicas de professoras do ciclo de alfabetização em Pelotas (Organizadora Marta Nörnberg). São Leopoldo: Oikos, 2017. 117 p. (Série narrativas pedagógicas; v. 1); Práticas pedagógicas de professoras do ciclo de alfabetização em Porto Alegre (Organizadora Marta Nörnberg). São Leopoldo: Oikos, 2017. 106 p. (Série narrativas pedagógicas; v. 2)

que haja certos princípios gerais que são compartilhados, eles [os professores] têm suas prioridades, vão acreditar nelas e as crianças avançam, mesmo que façam coisas diferentes. Eu acho isso muito bom, porque oportuniza um espaço de criação e originalidade. Houve trabalhos que realmente me encantaram pela criatividade, pelo que tinham de novo. O fato de não se ter que fazer igual, de se fazer conforme se acredita, porque, voluntariamente, se compra ou não aqueles princípios, faz com que o professor possa exercer essa criatividade e inventar de fato. É uma apropriação de cunho pessoal que mostra um desenvolvimento profissional singular. Cada um tem o direito de fazer do seu jeito, e isso propicia que os relatos de experiência demonstrem uma originalidade em muitos casos. Isso demonstra que, se você qualifica e possibilita condições de formação e profissionalização, você cria, de fato, gente capaz de assumir, com efetividade e de modo eficaz, a tarefa de ensinar. Cada vez que a gente vê o ataque, de receber pacotes prontos e transformar professor em reprodutor de fichas e sequências prontas, a gente estaria (vou colocar no condicional porque não quero comprar essa realidade), desqualificando a escola e proibindo que os professores demonstrassem o quanto são capazes.

Além disso, fiquei muito bem impressionado com a qualidade das publicações que estão sob esses volumes. Eu conheço diferentes materiais desses, que foram produzidos por outros estados e, também, de forma muito cuidadosa. E eu acho que o material produzido aqui, com os professores de Pelotas e de Porto Alegre, tem uma singularidade. Primeiro o apuro, o esmero com a qualidade estética. Está extremamente agradável de folhear, bonito, com a dignidade que os professores merecem ter nos materiais que recebem. Segundo, a linguagem é muito limpa e direta. Às vezes, esses materiais de relato de experiência, infelizmente, levam o professor-escritor a assumir um tom um tanto acadêmico-formal, como se ele estivesse escrevendo uma monografia para ser avaliado pelo editor e pelos professores da universidade que organizam essas coletâneas de relatos. Aqui, o que eu vejo, é uma linguagem muito direta e tranquila, de modo que isso passa, de fato, a fazer parte daquele tipo de recurso didático que colabora com a formação do professor.

Imagino que para os professores das duas redes, pelo menos, e de outras, abrir esses livros, ver os registros, as justificativas, os exemplos, as fotos, é uma oportunidade de se inspirar e fazer coisas novas. É uma forma de materializar a troca de experiências que é algo a que os professores têm direito e que não é assegurado, já que eles nunca se encontram, nunca têm momentos

deformação realmente continuada. Os poucos encontros que vivem são momentos episódicos, que acontecem uma,duas vezes no ano, e não ocorrem todo mês como defendemos no PNAIC. Esses relatos de experiência mostram a necessidade de criar mais espaços de divulgação. Repito: a originalidade, a maturidade, o aprofundamento que as professoras autoras demonstram leva a esse sentimento de que é preciso divulgar. Refiro-me, também, aos relatos de experiência apresentados nas seções do evento, que, sugiro, merecem e precisam ser postados num site, para, ao lado dos volumes impressos, poderem ser conhecidos pelos alfabetizadores de todo o país.

OP: Como tu vê a importância da realização desse evento que propõe uma reflexão acerca do ciclo de alfabetização em meio ao cenário político atual que vivemos?

AM: O momento em que vivemos é de muito ataque à educação pública. Vivemos uma clara destruição das políticas que vinham sendo implementadas a favor da qualificação da escola pública, da alfabetização, do professor dessas redes públicas e o fechamento desse ciclo do PNAIC gaúcho, em um momento como esse, revela o quanto é preciso resistir. É preciso continuar cobrando e lutando pelos nossos direitos para dar conta dos direitos de aprendizagem das crianças. Nós, que estamos nas universidades envolvidas no PNAIC, desde sua concepção, representamos, então, uma alternativa pela real continuidade da luta por qualificar a escola pública. Eu fico feliz de ver o quanto vocês conseguiram, nesses anos, fazer um trabalho com tanta seriedade. Fico feliz de ver também que nós, lá da UFPE, também fizemos parte disso e continuaremos disponíveis para dialogar e contribuir, porque isso é compromisso para toda a vida. Mesmo que surjam obstáculos ilegítimos, que soframos golpes não esperados, a gente vai continuar dialogando e brigando por esses direitos que são de todos os educadores brasileiros e de todas as crianças. Acho que a noção de direitos de aprendizagem do PNAIC é muito feliz, porque aponta para essa luta por uma política republicana de educação, em que todos têm os seus direitos de aprender, de serem felizes na escola, inclusive os professores.

OP: Com a aprovação da BNCC, divulgada em março deste ano, haverá implicações significativas no que diz respeito à formação inicial e continuada do alfabetizador, como, por exemplo, uma maior ênfase em práticas em detrimento de uma formação mais teórica?

Os grupos de direita ultraconservadora que ocuparam o poder na esfera federal e o Ministério de Educação, em particular, têm sempre esse discurso de que a formação oferecida nos cursos de Pedagogia e de outras licenciaturas seria exageradamente teórica e distanciada da prática. Penso que isso é falso e que a maioria das faculdades de educação de universidades públicas, há mais de 15 anos, vem praticando currículos que colocam os alunos em contato com o cotidiano da escola logo que eles iniciam seus cursos de graduação. Se isto não ocorre, ainda, em muitas faculdades privadas, é preciso separar as coisas. Nas faculdades públicas, é muito alta a quantidade de disciplinas que conciliam teoria e estágio (essas, muitas vezes, são denominadas de *Pesquisa e Prática Pedagógica 1,2,3* até 7 ou 8, o que significa que ocorrem durante mais de seis semestres ao longo do curso). Isso é suficiente para alguém sair da graduação como bom professor ou bom alfabetizador? Geralmente, não! Os mais renomados estudiosos que pesquisam sobre formação docente, em países ricos como o Canadá ou a França, são unânimes em reconhecer que a formação em serviço, a formação continuada nos locais de trabalho, é indispensável para o desenvolvimento profissional do professor.

Na França e na Espanha um professor da Educação Infantil ou das séries iniciais trabalha o dia todo numa única escola e tem algo em torno de 15 horas semanais em que não está responsável pelas crianças e que, portanto, são horas em que pode planejar, estudar, corrigir, ir para um centro de formação continuada etc. No Brasil o que temos são docentes trabalhando, via de regra, sob condições precaríssimas, atuando em escolas diferentes em dois ou três turnos, sem reais oportunidades de se desenvolver profissionalmente. Mas, para reverter esse quadro, o que precisamos não é de aligeiramento da formação ou da imposição de pacotes padronizados, vendidos por grupos privados. Precisamos, isto sim, de políticas públicas que garantam a realização de concursos e a estabilidade dos docentes das redes públicas, que assegurem salários e condições de trabalho minimamente dignos e reais oportunidades de formação continuada. Fora do PNAIC, o que se vinha e continua chamando de “formação continuada” são episódios raros, que ocorrem, muitas vezes, apenas duas vezes por ano, sem que os professores possam tematizar suas práticas, aprofundar suas reflexões e trocar ideias junto aos pares.

OP: Nesse cenário, quais são os conhecimentos que tu acreditas necessários para a formação dos alfabetizadores?

Há conhecimentos de tipo pedagógico geral, que não dizem respeito exclusivamente à tarefa de ensinar a linguagem escrita e a notação alfabética. Começo por esses conhecimentos, porque me parece que, nas últimas décadas, tivemos certa hegemonia de discursos da psicologia e da linguística, que nem sempre valorizavam esse tipo de saber pedagógico mais geral. Esse saber é fundamental porque permite ao docente, dentre outras coisas, tornar-se mais e mais capaz de usar bem o tempo de ensino-aprendizagem, respeitar a diversidade dos aprendizes, optar por formas variadas de agrupamento dos alunos ao longo da jornada, ser sensível a suas motivações e interesses variáveis (conforme a idade, por exemplo), planejar formas diferenciadas de avaliação e prover ajudas ajustadas ao que diferentes subgrupos de estudantes necessitam.

No âmbito dos conhecimentos ligados ao sistema de escrita alfabética e à leitura e à produção de textos orais e escritos, é claro que a perspectiva de alfabetizar letrando, compartilhada pela maioria dos que hoje estão praticando alfabetização, requer muitos e complexos conhecimentos teóricos e didáticos. Penso que os professores da Educação Infantil e do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, tanto em sua formação inicial como naquela que precisam viver em serviço, têm o direito de, continua e gradativamente, dominarem temas como consciência fonológica, psicogênese da escrita, gêneros textuais, estratégias de compreensão leitora, produção coletiva e autônoma de textos, consolidação das correspondências grafema-fonema e fonema-grafema, ensino de ortografia, avaliação da alfabetização e... muitos outros. Mas, sempre, aliando boa e sólida informação teórica à tematização da prática, à discussão do miudinho didático, sem qualquer preconceito de discutir receitas, compartilhar tarefas, atividades, recursos didáticos.

Como se vê, trata-se de um complexo e exigente processo de desenvolvimento profissional. André Tricot (2017)⁸, um renomado pesquisador francês, afirma que se existem receitas para fazer-se massa de crepe, mas não para ensinar, isto talvez se deva ao fato de que ensinar é uma

⁸ TRICOT, André. *L'Innovation Pédagogique*. Paris: Retz, 2017.

tarefa um pouco mais complexa, um pouco mais difícil. Penso que os empresários da educação não têm nenhum interesse de compreender a singularidade e a complexidade da tarefa profissional que é ensinar.

OP: A partir da convocação proposta pelo edital 55/2017, publicado em maio, o qual abre inscrição para processo de avaliação pedagógica dos materiais de formação e apoio à prática docente no âmbito do atual PNAIC, vimos recentemente que os materiais do PNAIC das edições de 2013 e 2014 foram retirados do site oficial do programa (<http://pacto.mec.gov.br/index.php>). Como tu avalias essa ação do Ministério da Educação?

Não buscam tergiversar, penso. Trata-se de um deliberado propósito de destruir o trabalho produzido pelos docentes das séries iniciais e das universidades públicas que, conjuntamente, se uniram para disponibilizar aquilo que comentávamos antes: uma proposta que busca conciliar aprofundamento teórico com discussão da prática, domínio conceitual com tematização daquele miudinho que se pratica no cotidiano. Aqueles materiais do PNAIC 2013-2014 foram e são um patrimônio compartilhado por muitos milhares de educadores deste país. Fazê-los “desaparecer”, fazer com que não estejam mais disponíveis é inaceitável, não só porque é um gesto extremamente autoritário, de índole fascista. É, também, uma escancarada evidência do interesse do MEC ilegítimo em favorecer a aquisição e o uso de materiais outros, produzidos pelos grupos privados, que acham que o deus-mercado deve reger tudo, inclusive as políticas públicas de educação.

OP: Tu fazes parte do Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL) da UFPE, um dos grupos que pensou e desenvolveu materiais de formação para o PNAIC. Quais as contribuições já percebidas e os limites que tu vês para a continuação do programa?

Tenho muito orgulho de fazer parte do CEEL da UFPE, um grupo consolidado em 2004 e que, desde então, tanto tem colaborado para a qualificação da alfabetização e do letramento que praticamos com crianças, jovens e adultos em nossas redes públicas de ensino. Coordenar a produção de materiais e a condução da formação continuada do PNAIC, junto a doze outras

universidades públicas, foi e tem sido uma tarefa muito exigente e prazerosa. Mas, desde o início, eu alertava meus alunos e os formadores mais jovens de que não se faz milagre apenas com um programa de x encontros anuais com duração de y horas. Trabalho junto a redes municipais e estaduais de ensino de meu estado e do Nordeste desde 1984. E, nos últimos anos, tenho cada vez mais claro que um grande inimigo, ao lado das políticas privatizantes, é certa cultura do que chamo “apartheid educacional”, naturalizada nesse país. A partir dessa cultura se passou a considerar normal e aceitável que todas as crianças de classe média dominem a escrita alfabética aos seis anos, enquanto cerca de 30% dos filhos das camadas populares concluem o primeiro ano sem ter esse direito realizado, sem que o poder público tenha feito sua parte.

Direitos de aprendizagem! Penso que essa é uma primeira grande contribuição do PNAIC, no sentido de avançarmos em direção a políticas mais republicanas de educação e à constituição de um sistema de educação minimamente nacional. É lamentável que, entre 2012 e 2016, o próprio MEC, em função de suas disputas e contradições internas, tenha optado por não transformar os direitos de aprendizagem acordados no PNAIC em currículo nacional para o ciclo inicial de alfabetização, aprovando o texto dos Direitos pelo Conselho Nacional de Educação.

Outra grande conquista do programa, como já mencionei, é o envolvimento das IES públicas na formação em serviço de nossos alfabetizadores. Tal compromisso permite não só que tenhamos um processo de formação ou desenvolvimento profissional, de fato, continuado, mas que as redes de ensino se tornem mais autônomas na constituição de suas equipes de formadores de professores e, portanto, menos vulneráveis ou dependentes de assessorias privadas. Numa dissertação que orientamos há pouco (RODRIGUES, 2015)⁹, vimos o quanto a formação conduzida por competentes orientadores de estudo do PNAIC permitia a real tematização das questões didático-pedagógicas que os professores viviam e vivem em sala de aula.

Por outro lado, os limites que precisamos superar são muitos e de diversas ordens. No âmbito das políticas públicas, precisamos de concursos

⁹ RODRIGUES, Suzani dos Santos. Formação em Rede do PNAIC: Concepções e Práticas dos Formadores e Orientadores de Estudos. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Educação. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/17366/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20-%20SUZAN%C3%AD%20202015.pdf?sequence=1>. Acesso em 30.11.2017.

para professor, de estabilidade dos quadros docentes, de modo que os projetos coletivos de ensino possam se beneficiar com a formação de quem, realmente, vai continuar atuando nas escolas, nas salas de alfabetização. Embora tenhamos avançado, precisamos superar ainda mais certas políticas coronelistas, de selecionar, para participar dos processos de formação, docentes apadrinhados, indivíduos que nem sempre apresentam os melhores perfis e trajetórias profissionais para alfabetizar. Precisamos alcançar um melhor aproveitamento do tempo pedagógico nos encontros de formação do PNAIC, especialmente naqueles que envolvem os orientadores de estudo e os alfabetizadores. Precisamos revisar os textos usados na formação e produzir novos, que tratem, ainda mais detidamente, de temas como a consolidação das correspondências entre grafemas e fonemas e que ajudem a qualificar mais e mais o ensino de compreensão e produção de textos. Há e sempre haverá muito por ser feito.

Mas, insistimos, de nada adianta batalharmos para aperfeiçoar um programa de formação continuada que se mostrou exitoso e que foi bem aceito pelos educadores, se as políticas públicas em educação não investirem na realização de concursos, na estabilidade dos contratos dos docentes e demais educadores, na dignificação dos salários e das condições de trabalho.